

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2229v33n3e29017>

A formação de uma política de grande escala para a produção e a distribuição de livros escolares a partir da COLTED e da FENAME (1966-1983)

The formation of a large-scale policy for the production and distribution of school textbooks through COLTED and FENAME (1966–1983)

La formación de una política de gran escala para la producción y la distribución de libros escolares a partir de la COLTED y la FENAME (1966–1983)

Yuri Araújo Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9123-9559>

Miria Aparecida da Silva Campos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8749-9742>

Sérgio César da Fonseca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3103-2465>

Resumo: O artigo analisa a constituição de políticas públicas de larga escala para a produção, avaliação e distribuição de livros didáticos durante a ditadura civil-militar brasileira, tomando como recorte o período entre 1966, ano de criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), e 1983, quando ocorreu a extinção da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Parte-se da hipótese de que esses aparelhos estatais desempenharam papéis estratégicos na consolidação de uma política educacional voltada à expansão da escolarização obrigatória, à reorganização curricular e à difusão de valores compatíveis com o projeto autoritário, tecnocrático e anticomunista do regime. Ao mesmo tempo, sustenta-se que tais instituições foram atravessadas por disputas entre Estado, mercado editorial privado, interesses estrangeiros, ingerências políticas e práticas de corrupção. Metodologicamente, a pesquisa mobiliza a análise qualitativa de conteúdos, com base em documentos oficiais, relatórios ministeriais, convênios, correspondências, legislações e registros localizados, especialmente, no Arquivo Histórico do INEP. Conclui-se que a análise da COLTED e da FENAME permite compreender as ambiguidades de uma política educacional que combinou expansão escolar, controle ideológico, indução mercadológica e apropriação privada de recursos públicos no interior da ditadura civil-militar.

Palavras-chave: política educacional; livros didáticos; ditadura civil-militar; COLTED; FENAME.

Abstract: This article analyzes the constitution of large-scale public policies for the production, evaluation, and distribution of textbooks during the Brazilian civil-military dictatorship, focusing on the period between 1966, the year in which the Commission for Technical and Textbooks (COLTED) was created, and 1983, when the National Foundation for School Materials (FENAME) was dissolved. The article is based on the hypothesis that these state apparatuses played strategic roles in consolidating an educational policy aimed at expanding compulsory schooling, reorganizing curricula, and



Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

disseminating values compatible with the regime's authoritarian, technocratic, and anti-communist project. At the same time, it argues that these institutions were traversed by disputes involving the State, the private publishing market, foreign interests, political interference, and corrupt practices. Methodologically, the research employs qualitative content analysis, drawing on official documents, ministerial reports, agreements, correspondence, legislation, and records located especially in the Historical Archive of INEP. The article concludes that the analysis of COLTED and FENAME makes it possible to understand the ambiguities of an educational policy that combined school expansion, ideological control, market-oriented inducement, and the private appropriation of public resources within the civil-military dictatorship.

Keywords: educational policy; textbooks; civil-military dictatorship; COLTED; FENAME.

Resumen: El artículo analiza la constitución de políticas públicas de gran escala para la producción, evaluación y distribución de libros de texto durante la dictadura civil-militar brasileña, tomando como recorte el período comprendido entre 1966, año de creación de la Comisión del Libro Técnico y del Libro Didáctico (COLTED), y 1983, cuando se produjo la extinción de la Fundación Nacional del Material Escolar (FENAME). Se parte de la hipótesis de que estos aparatos estatales desempeñaron papeles estratégicos en la consolidación de una política educativa orientada a la expansión de la escolarización obligatoria, a la reorganización curricular y a la difusión de valores compatibles con el proyecto autoritario, tecnocrático y anticomunista del régimen. Al mismo tiempo, se sostiene que dichas instituciones estuvieron atravesadas por disputas entre el Estado, el mercado editorial privado, intereses extranjeros, injerencias políticas y prácticas de corrupción. Metodológicamente, la investigación recurre al análisis cualitativo de contenido, con base en documentos oficiales, informes ministeriales, convenios, correspondencias, legislaciones y registros localizados, especialmente, en el Archivo Histórico del INEP. Se concluye que el análisis de la COLTED y de la FENAME permite comprender las ambigüedades de una política educativa que combinó expansión escolar, control ideológico, inducción mercadológica y apropiación privada de recursos públicos en el interior de la dictadura civil-militar.

Palabras clave: política educativa; libros de texto; dictadura civil-militar; COLTED; FENAME.

1 Introdução

O presente artigo apresenta como objeto de análise o processo de elaboração de políticas de larga escala para a produção e/ou a distribuição de livros didáticos pela ditadura civil-militar brasileira, entre 1966 — a partir da criação da COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) — e 1983 — ano de extinção da FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar)¹ espaços de disputa política, sendo também impactados por conflitos de interesses e práticas de corrupção, envolvendo, ainda, ativas ingerências do mercado editorial privado e aparelhamento dessa burocracia por clãs familiares políticos.

Tal hipótese encontra respaldo na literatura especializada nesse tema e que estabeleceu como objeto de estudo a atuação da COLTED e da FENAME enquanto operadores das políticas para o livro didático e o material escolar no período entre as décadas de 1960 e 1980. Para selecionar as referências que destacamos nesta seção,

¹ As contribuições do presente artigo são oriundas de uma pesquisa de Mestrado em Educação (que resultou em dissertação já concluída) e de um estudo de Doutorado em Educação em fase de conclusão, ambos no campo da História da Educação no Brasil.

primeiro procedemos a um levantamento na Biblioteca Digital de Dissertações e Teses (BDTD), na qual encontramos 130 referências a partir da pesquisa com os termos “livros didáticos” and “ditadura”, depois refinada com os termos “COLTED” or (ou and) “FENAME”, o que levou ao apontamento de 5 títulos entre dissertações e teses. Usando os mesmos termos, também fizemos levantamentos no Scielo, com 4 resultados, sendo 3 deles diretamente relacionados aos termos de busca “COLTED” or (ou and) “FENAME”, na Revista Brasileira de História da Educação (com 33 resultados para a expressão de busca “livros didáticos” e nenhum para “COLTED” ou “FENAME”), na Revista História da Educação (ASPHE), constam 3 artigos relacionados à expressão de busca “livros didáticos” and “ditadura” e nenhum para “COLTED” ou “FENAME”, nos Cadernos de História da Educação (UFU), 21 resultados para “livros didáticos” e nenhum para os outros termos, sendo que, desse total, apenas dois títulos tratam do período da ditadura civil-militar, e no *Google Scholar*, a pesquisa apontou 8 resultados a partir do termo “COLTED”, sendo esse conjunto composto por artigos (vários dos quais localizados pelas buscas anteriores nas revistas), dissertações, teses (várias das quais constantes na pesquisa na base da BDTD) e trabalhos publicados em anais de eventos.

Desde os contemporâneos dos acontecimentos nos idos dos anos 1960, foram produzidas análises “a quente” sobre os problemas dos chamados “acordos MEC-USAID”, com críticas contundentes ao papel antinacionalista e à ingerência estrangeira nas questões educacionais brasileiras, a exemplo do libelo de Alves (1968), que denunciou a demasiada ingerência de técnicos estadunidenses na gênese da COLTED e no favorecimento do mercado editorial (privado e empresarial) como o principal produtor de conteúdo dos livros didáticos.

Passando a um momento recente, entre as dissertações e teses a respeito desse assunto, temos trabalhos como a dissertação de Krafizik (2006), que explica a COLTED como um dos produtos mais diretos dos acordos MEC-USAID e do forte papel diretivo da agência estadunidense na preparação e execução de mudanças estruturais na educação brasileira, como as reformas do ensino superior e do Primeiro e Segundo graus. A dissertação de Rossi (2018), sobre a repercussão dos acordos MEC-USAID no jornal “O Estado de S. Paulo”, entre 1961 e 1973, reconstitui o debate mobilizado pelo significado político da relação entre Brasil e Estados Unidos e os efeitos da ingerência de uma potência estrangeira na definição das questões

nacionais, inclusive na elaboração de políticas educacionais (como aquelas para os livros didáticos) que refletiam o modelamento tecnicista e subordinado, determinado pela forte influência estadunidense.

No conjunto dessa literatura, destacamos os trabalhos de Filgueiras (2006, 2011, 2013, 2015), que produziu estudos bastante aprofundados, com visão de conjunto do papel da COLTED, do Instituto Nacional do Livro (INL) e da FENAME no processo de elaboração de uma política pública articulada, preparada e executada desde os anos 1960 e transmutada para um programa duradouro no início dos anos 1980. Não obstante a amplitude de análise das pesquisas de Filgueiras, em comparação com os seus estudos, consideramos que o presente artigo apresenta como contribuição a descrição e a colocação, em primeiro plano de informações, números e propósitos que indicam o horizonte visado pelos artífices criadores da COLTED e da FENAME e, a seguir, por seus operadores, qual seja: elaborar, dar forma e operar uma política pública de dimensões nacionais, capilarizada e projetada para lidar com números elevados relacionados à produção e distribuição de livros didáticos, livros-texto e materiais didáticos. Para tanto, procuramos extrair essas informações do conteúdo das fontes primárias produzidas pela COLTED, pela FENAME, pelo Ministério da Educação e outros órgãos conexos (tais como relatórios ministeriais, minutas de acordos, relatórios de atividade, correspondências recebidas e enviadas e legislação, por exemplo), muitas das quais localizadas no Arquivo Histórico do INEP².

A fim de estudar essas fontes, mobilizamos a análise qualitativa de conteúdos, metodologia caracterizada por organizar os conjuntos de dados por meio do estudo imersivo das codificações implícitas que os textos possuem: a semântica, a semiótica, a linguística e a análise de representações que podem trazer à luz os conteúdos “subjacentes”, ocultos, velados, que a mera leitura primária-direta de fontes escritas de caráter textual não permite descortinar, conforme explica Aróstegui (2006).

² Sobre esse acervo, Campos (2023, p. 17) explica que “o Arquivo Histórico do Instituto de Pesquisas e Estudos Educacionais ‘Anísio Teixeira’ (INEP), (<http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/>) guarda um grande volume de documentos digitalizados disponíveis para acesso pela rede mundial de computadores e que, no seu todo, foram produzidos e acumulados em razão das inúmeras atividades do Ministério da Educação ao longo de décadas”. Nesse acervo, podem ser localizados vários documentos inerentes às atividades da COLTED, da FENAME e sobre o funcionamento concreto da burocracia que administrava a política para o livro didático nos anos 1960 e 1970.

De forma geral, as técnicas que permitem obter informações adicionais das fontes primárias escritas por meio da análise de suas codificações internas (explícitas e implícitas) são nomeadas de técnicas de “análise de conteúdo”, a partir das quais podem ser realizados “[...] estudos do vocabulário de forma quantitativa, da semântica, das formas de expressão e tudo isso admite e, possivelmente, torna recomendável o estudo comparativo [...]” (Aróstegui, 2006, p. 525)³.

Conforme essa perspectiva de análise de fontes documentais, realizamos uma leitura inicial das fontes arroladas no presente estudo de forma a isolar no interior de seus conteúdos um objeto que julgamos central: o caráter de grande alcance dos objetivos de uma intervenção igualmente ampla na educação escolar pública brasileira. A partir desse ponto, passamos a uma segunda camada de leitura em que fomos guiados pelo interesse em localizar nos textos dos documentos burocráticos os arranjos institucionais articulados, as organizações privadas e públicas envolvidas e o que pretendiam. A seguir, completamos esse procedimento de leitura do conteúdo das fontes destacando tanto as passagens alusivas às pretensões de alcance da ação planejada convertida em política pública executada na versão reportada, quanto determinados números de volume de distribuição de livros, os programas realizados e os atores institucionais envolvidos. A partir desses procedimentos de leitura e sistematização dos conteúdos extraídos das fontes, organizamos o presente artigo conforme as seguintes seções: considerações sobre os acordos MEC-USAID-SNEL; a política dos livros didáticos sob a COLTED (1966-1971); o declínio da COLTED (em parte, por conta de escândalos de corrupção) e a ascensão da FENAME (1971-1976); a política dos livros didáticos sob a FENAME (1976-1983); o declínio da FENAME no início dos anos 1980 (em parte, também, por escândalos de corrupção); e considerações finais.

Uma vez definidas as linhas de organização da exposição no presente texto, começaremos por destacar alguns aspectos conjunturais relevantes para o

³ Para Júlio Aróstegui a análise de conteúdo “é uma técnica antiga, mas desenvolvida hoje sobre bases muito mais sofisticadas, que acaba sendo essencial na análise qualitativa de dados. Trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma, mas “inferir” alguma outra realidade distinta por meio dela. [...] Uma definição mais completa é hoje a que estabelece que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que tende a proporcionar indicadores (quantitativos ou não) por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (Aróstegui, 2006, p. 525-526).

incremento das políticas escolares ditatoriais no Brasil e que remontam a um período imediatamente anterior a meados da década de 1960, quanto tiveram início as tratativas para a criação da COLTED. A massificação do uso dos livros didáticos, por exemplo, já era tema de debate internacional desde o final dos anos 1950. As recomendações da XXII Conferência Internacional de Instrução Pública, realizada em 1959, em Genebra, assinalaram dois pontos importantes quanto às políticas para o livro didático: em primeiro lugar, a importância de livros e materiais didáticos como suportes indispensáveis para o ensino escolar e, em segundo lugar, para assegurar a presença desse tipo de material nas salas de aula seria fundamental que os países incentivassem a sua produção em grande escala, sem perder de vista as qualidades didáticas e científicas de seu conteúdo. Poucos anos depois, essas duas recomendações viriam a ser apropriadas pelos principais artífices da política para a produção e distribuição de livros didáticos no Brasil, elaborada na década de 1960 e que resultou na criação da Comissão Nacional do Livro Técnico e do Livro Didático, a COLTED.

Fundada em 1966 para dar forma institucional a uma composição da qual foram partes ativas o então denominado Ministério da Educação e Cultura (MEC), a *United States Agency for International Development* (USAID)⁴, dos Estados Unidos da América, e empresas do mercado editorial brasileiro, representadas pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), a COLTED sustentava como principal objetivo “[...] fornecer gratuitamente livros de texto a todos os alunos das escolas do Brasil e oferecer um suprimento adequado de livros de baixo custo a todos os estudantes universitários brasileiros [...]”, assumindo, para tanto, o intento de publicar e distribuir 51 milhões de exemplares nos três anos subsequentes à sua criação (Brasil, 1966b). A partir desse objetivo central, a COLTED adotou, também, objetivos de caráter estrutural, entre os quais o fortalecimento e a expansão da indústria editorial brasileira, a melhoria dos sistemas distributivos de livros, a expansão substancial de bibliotecas escolares e a capacitação de professores para o emprego de livros em

⁴ Desde 2025, devido às decisões do segundo governo de Donald J. Trump (2025-2029), a USAID entrou em processo de extinção, tendo quase todos os seus principais programas e ações em países estrangeiros sido interrompidos e o seu pessoal nos Estados Unidos e no exterior, dispensado. Tal medida teve reflexos imediatos na presença da USAID na rede mundial de computadores como pudemos constatar ao consultar o acervo digital dessa organização. A *home page* da USAID (ver: <https://www.usaid.gov/>) mantém apenas um aviso que informa sobre a extinção dessa agência.

sala de aula (Brasil, 1966b)⁵. Em suma: estava em curso na segunda metade dos anos 1960 uma política de grandes proporções para acompanhar a perspectiva de forte ampliação do alcance da escolarização da população brasileira, que seria impulsionada a partir das reformas educacionais para o primeiro e o segundo graus, implementadas em 1971.

2 Os acordos MEC-USAID e as políticas do livro didático sob a COLTED (1966-1971)

Para a execução dos objetivos da neófito COLTED, a USAID assumia a posição de *expert* em produção de políticas públicas de caráter tecnocrático, uma vez que seria seu papel “[...] proporcionar serviços de assessoria e assistência técnica por especialistas [...] para trabalhar com os editores e o Ministério em vários aspectos da execução do programa [...]”, tais como: “[...] distribuição, impressão, encadernação, fabricação de papel, diagramação, elaboração e ilustração de livros, editoração, biblioteconomia etc. de livros técnicos, didáticos e de referência [...]” (Brasil, 1966a, p. 21-22). Conforme documentação primária referente ao Convênio MEC-SNEL-USAID, as estimativas iniciais do acordo giravam em torno das seguintes cifras:

A Carta de Acordo datada de 10 de novembro de 1966, dirigida pelos Ministro do Planejamento e da Coordenação Econômica, da Fazenda e da Educação e Cultura, ao Ministro-Diretor da USAID/Brasil, faz parte integrante deste Convênio. De conformidade com o que foi acordado através da supra-citada carta, a importância de Cr\$ 15 bilhões do Fundo Especial de Contrapartida oriundo do empréstimo 512-L-055, do Programa de 1966, deverá ser posta à disposição do Ministério da Educação e Cultura, para financiar este programa nos primeiros nove meses, aproximadamente (Brasil, 1966a, p. 17).

Para dar andamento à aplicação desses recursos — conforme apuramos no conteúdo do Ofício Circular nº 23/67/SG/GD (Assunto: Programa da COLTED), de 27 de junho de 1967, encaminhado pelo Secretário Geral do Ministério de Educação e Cultura ao Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos — a COLTED assumia como objetivo imediato (a ser executado nos três anos vindouros) a aquisição e consequente distribuição de aproximadamente 51 milhões de livros didáticos ao sistema escolar brasileiro; tal iniciativa deveria ser, inicialmente, financiada pelos recursos provenientes do Acordo nº 10.11.66, do Governo Brasileiro com a USAID, e

⁵ A título de exemplo e conforme verificaremos adiante, em meados de 1966 haviam sido criadas 3.435 bibliotecas para o Nível Médio por meio das ações da COLTED (Publicações [...], 1966).

do Convênio assinado em 6 de janeiro de 1967 entre o MEC, o SNEL e a USAID, os quais previam “[...] a liberação de recursos no montante de 30 milhões de cruzeiros novos, no corrente exercício [...]” (Brasil, 1967d).

Concomitantemente, ao Sindicato Nacional dos Editores de Livros cumpriria “[...] cooperar com os assessores técnicos da USAID/Brasil e da COLTED, na utilização eficaz de tal assistência técnica para o aperfeiçoamento da elaboração, ilustração e diagramação, impressão e encadernação de livros educacionais [...]”, além de colaborar com o Ministério da Educação e Cultura no desenvolvimento de “melhores sistemas de distribuição de livros” e “bibliotecas escolares” (Brasil 1966a, p.23). Quanto ao Ministério da Educação e Cultura, caberia o papel de assimilar as linhas de ação desenhadas para essa política e, em continuidade, dar andamento a ela através de sua ala técnica incumbida da massificação do uso do livro didático, de fomento do mercado editorial e, principalmente, de financiamento dessa política.

A COLTED foi desenhada para ser o braço especializado de uma política setorial articulada a políticas estruturais mais amplas, como era o caso da ampliação do alcance da escolarização elementar em dimensões nacionais, preparada e colocada em prática com as grandes reformas educacionais de 1968 e 1971. A Reforma Universitária de 1968 eliminou barreiras aos fluxos escolares e que culminaram na extinção dos antigos exames de admissão e, mais tarde, na instituição de exames vestibulares classificatórios e relacionados ao número de vagas existentes em cada curso superior como forma de acesso às faculdades e às universidades, entre outras intervenções, porquanto essas providências pretendiam atender às pressões das camadas médias — socialmente ampliadas em razão, entre outros fatores, do processo de urbanização do país, dos ciclos continuados de industrialização, da necessidade de quadros técnicos para a ampliada burocracia estatal e do crescimento econômico dos anos 1950 e 1960 — por acesso à universidade, como também visavam aumentar os anos de escolaridade das classes populares a fim de formar um largo contingente de mão de obra qualificada, conforme as perspectivas projetadas pela reforma dirigida ao ensino profissionalizante, no Segundo Grau (Cunha; Góes, 2002; Nosella, 2000).

As referidas camadas médias compuseram um recorte socioeconômico expansivo entre 1960 e 1976: arregimentando cerca de 15% da população economicamente ativa no país, com participação de 26,6% da quota do PNB (Produto

Nacional Bruto) em “[...] 1960, 27,38% em 1970 e 28,0% em 1976 [...]” (Alves, 1987, p. 149).⁶ Conforme Cunha e Góes (2002), por conta da expansão das burocracias nos setores público e privado, os jovens dos segmentos médios da população brasileira passaram a buscar, desde a década de 1940, os cursos superiores em instituições públicas e gratuitas, as quais configuravam um caminho relativamente seguro para catapultar projetos de ascensão social. Em contrapartida, as políticas do governo ditatorial destinavam-se a catalisar, prioritariamente, o processo acumulacionista do grande capital, o que implicava no controle das demandas manifestadas pelas classes médias em relação ao ensino superior.

Para cumprir a tarefa de organizar a produção de material didático e livros escolares em grande escala operando dentro de um ecossistema formado por autores, editores, empresas editoriais, indústrias gráficas, Ministério e a agência difusora/supervisora estadunidense, além de remeter encomendas e induzir a produção injetando fundos públicos no mercado editorial, logo nos anos imediatamente subsequentes a 1966, a direção da COLTED realizou eventos sob o interesse de reunir integrantes da administração da educação pública dos estados, do ensino superior, técnicos do Ministério, editores e autores de livros para, nessas ocasiões, difundir as diretrizes de execução da política para o livro didático, em vigência ainda germinal. Na primeira edição desse tipo de evento, a “I Semana de Estudos COLTED”, realizada de 2 a 6 de maio de 1967, participaram diretores do MEC, reitores de universidades, professores, editores e representantes das secretarias estaduais de educação e das universidades de várias regiões do país (Brasil, 1967a).

Na abertura do evento, a fim de apresentar a plataforma a partir da qual fora concebida essa política pública de dimensão nacional, Édson Franco, Secretário Geral do MEC e representante do Ministro da Educação e Cultura, reforçou que a política para o livro didático em iniciante execução apoiava-se no tripé formado pela composição entre: *a)* Ministério da Educação e Cultura; *b)* Sindicato Nacional dos Editores de Livros — o qual “[...] agrupa e congrega todos quanto, na esfera da empresa privada, empenham-se, em colaboração com o Poder Público, em nome do

⁶ Comparativamente, os dados referentes à concentração de renda no Brasil pelos 5% mais ricos são ainda mais drásticos, posto tal recorte populacional ter abocanhado “[...] 27,69% do PNB em 1960, 34,86% em 1970 e 39% em 1976 [...]” (Alves, 1987, p. 149).

bem comum, na preparação e difusão de textos adequados à escola brasileira [...]” (Brasil, 1967b, p. 25); c) e a Agência Internacional para o Desenvolvimento (a USAID) — “[...] sem a qual o programa não teria tido a desenvoltura que se lhe está dando, com a finalidade de transformar a face comunitária, dando-lhe a conotação moral, intelectual, material, religiosa e técnica de que tanto necessita para o seu desenvolvimento integral [...]”, ressaltou Édson Franco (Brasil, 1967b, p. 25). O pronunciamento de abertura declarava para a audiência do evento que a organização da cadeia de produção intelectual e material do livro modelada pelo arranjo tripartite MEC-SNEL-USAID era uma parte (fundamental) da política a ser dirigida — conforme o subtexto da fala do dirigente do MEC — pelo conjunto de valores da composição política que sustentava o regime e que projetavam uma sociedade conservadora, sem conflitos sociais, aplicada ao trabalho, não reivindicatória e profundamente cristã, de preferência longe da perspectiva renovadora do Concílio Vaticano II ou da Teologia da Libertação.

Em eventos dessa natureza, os dirigentes da COLTED e do MEC — assistidos por nomes com perfil técnico e experiência na educação escolar, geralmente autores de livros didáticos, atuantes em cursos de formação de professores, com serviços prestados tanto a editoras quanto ao Ministério — apresentavam a política para o livro didático que fora desenhada para estender controles sobre todos os grandes pontos da cadeia de concepção, produção industrial e aplicação dos livros didáticos que incidiam sobre: *a)* a elaboração intelectual do conteúdo do livro pelos autores e editoras, em conformidade com as definições curriculares também em construção/aplicação nos primeiros anos da ditadura; *b)* as especificações de escala e de tiragem, títulos encomendados, distribuição e destinação do material produzido; *c)* e a indicação de formas de abordagem pelos professores em sala de aula e as esperadas ações pedagógicas que os livros poderiam ensejar para os trabalhos com as turmas de alunos em espaço escolar.

No que tangia à elaboração intelectual dos livros pelos autores e editoras — e já prevendo qual ordem de assuntos deveria chegar até as salas de aula das escolas de todo o país —, nesse mesmo evento, Lúcia Marques Pinheiro (técnica pertencente aos quadros do então “Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”, o INEP, além de ser uma figura representativa dos perfis técnicos que auxiliavam a direção da COLTED e do MEC), associava os parâmetros para a concepção do conteúdo e a aplicação

dos livros em sala de aula à necessária adequação deles à escola brasileira, tendo em vista que os currículos escolares deveriam levar em conta “[...] as necessidades de integração, que supõem o desenvolvimento de amor esclarecido ao país, à comunidade local, a consequente atitude de interesse pelo bem comum, a capacidade de exercer essa participação com iniciativa, reflexão, unindo esforços [...]” (Brasil, 1967b, p. 51). Para o desenvolvimento do “espírito local” e da “unidade nacional”, de acordo com Pinheiro (Brasil, 1967b, p. 51), seria imprescindível a inclusão curricular não apenas dos estudos de Língua Pátria, de Matemática e de Ciências, mas também da História e da Geografia (na verdade, dos Estudos Sociais), para o robustecimento “[...] do equilíbrio emocional, do amor esclarecido às nossas cousas, tão importantes do ponto de vista de uma evolução social segura e progressista [...]” (Brasil, 1967b, p. 51).

De acordo com enfoques à primeira vista consensuais, as falas dos técnicos e diretores do MEC na “I Semana de Estudos da COLTED” demarcavam estrategicamente para um público representativo a característica de gênese que definia o caráter dessa comissão enquanto produto da composição MEC-USAID-SNEL como forma de dar os primeiros impulsos para capilarizar nacionalmente a nova política por meio da influência sobre os atores engajados na produção e na aplicação dos livros escolares nas redes estaduais e nas salas de aula. E não escapava a esse intento mostrar que a preocupação com o conteúdo contemplava não apenas o que estava dentro dos livros, mas também o que seria ensinado nas salas de aula. Por isso, o discurso de Lúcia Marques Pinheiro (que se pronunciava enquanto integrante da burocracia do Ministério da Educação e Cultura) não deixava dúvidas quanto ao fato de que o alinhamento de todo o processo de produção de livros didáticos seguiria perspectivas editoriais compatíveis com a gramática ideológica do regime ditatorial a partir da ênfase em temas relacionados às linhas de intervenção na sociedade formuladas pela composição política que sustentava o regime e que tinha suas representações e expoentes no interior do Estado elaborando as políticas para a vida social, a cultura, a economia, a segurança nacional, a segurança pública, a saúde e, em especial, a educação (Campos, 2023).

Essa gramática a que aludimos refere-se ao conjunto de valores estruturantes de uma forma de produzir coesão social em torno dos grandes núcleos de ação organizados pelo regime ditatorial desde seus primeiros anos de controle do Estado e

que estiveram voltados para a segurança nacional, com a decorrente “integração brasileira” como uma de suas exigências, para o desenvolvimento nacional através de grandes projetos de infraestrutura, mecanização da agricultura, enfim, de intervenções na economia e na vida sociocultural que, na visão da composição que governava o regime, requeriam atuar sobre a consciência, sobre o comportamento e sobre a conduta para a adesão por meio do trabalho e do abafamento (violento, sempre que necessário, pois o regime possuía estrutura repressiva atuante nos subterrâneos e na superfície da vida social) dos conflitos e do bloqueio à participação da cidadania de forma reivindicativa (Campos, 2023).

Dois anos depois da primeira edição, a direção da COLTED manteve a fórmula de evento/reunião e realizou a “II Semana de Estudos COLTED”, entre 4 a 9 de março de 1968, no *Rotary Club* de São Paulo. Na segunda edição, os debates concentraram-se em grandes temas, como os processos avaliativos para a seleção dos materiais livrescos, o manejo adequado dos livros didáticos em sala de aula e a utilização das bibliotecas-COLTED. Na ocasião, os trabalhos foram divididos em comissões, como “Utilização das Bibliotecas COLTED”, “Educação Elementar”, “Educação Média” e “Implementação”, por sua vez, subdivididas em comissões menores. Em uma dessas comissões setoriais, a “Sub-Comissão de Estudos Sociais”, sob coordenação de Maria Onolita Peixoto e com relatoria de Maria Nazaré Corte Costa, a principal questão sistematizada foi a respeito da presença do livro-texto na sala de aula e sobre como ele não deveria constituir-se como auxílio estático e passivo nas mãos de professores e estudantes, e sim como um instrumento dinâmico capaz de conduzir à consecução dos objetivos de ensino da área, umbilicalmente ligados à formação da conduta social do aluno como membro participante e responsável de sua comunidade. Por extensão, as ideias e os fatos apresentados pelos livros-texto deveriam fornecer às crianças a compreensão de como (e por que) os seres humanos se ajustam aos meios físico e social, possibilitando a tessitura de relações e a solução de problemas aplicáveis à vida real (Brasil, 1968a). Considerando, ainda, que o livro didático era uma parte do repertório de objetos didáticos, o relatório da subcomissão defendia que o livro-texto de Estudos Sociais não poderia ser, pela natureza da própria disciplina, um “livro único” — devendo ser complementado por outros materiais de consulta, entre os quais, mapas, globos, além de “livros de informação específica”, a exemplo dos “[...] livros de matérias específicas, como de Geografia, História,

Educação Cívica, Estudos Antropológicos, Sociológicos e Econômicos ao nível da criança [...]” (Brasil, 1968a, p. 25).

O registro dos debates no interior dos eventos da COLTED é revelador, ainda, da expectativa lançada sobre a cadeia de processos educativos engendrados pelos livros didáticos, uma vez que a partir deles seriam desencadeados atos pedagógicos que requeriam não apenas capacidade de manuseio dos professores, como também o estabelecimento de dinâmicas em sala de aula interessadas na produção de condutas e disposições mentais que, à primeira vista, pareciam razoavelmente neutras, mas que, no fundo, respondiam às determinações de conteúdo previstas para os Estudos Sociais que, a rigor, desejavam um tipo de conhecimento ufanista da formação brasileira (a exemplo da “conduta social do aluno como membro participante e responsável de sua comunidade”), de suas instituições, do lugar do ser humano no mundo ministrado para uma sociedade condicionada pela vigência de um regime ditatorial.

Além da agenda de mobilização e convencimento dos sujeitos do campo especializado em educação escolar, a exemplo das semanas de estudos, cursos de formação e reuniões, outra estratégia de ação da COLTED era mediar a relação entre os setores privado e público como parte das suas incumbências relacionadas à execução da política pública para o livro didático no Brasil. Entre os anos de 1966 e 1971, o circuito de produção de materiais didáticos e escolares — do qual a COLTED fazia parte — já evidenciava que o enfrentamento do desafio relacionado à ampliação da escala, tanto na produção quanto na distribuição, dependia diretamente das encomendas de grandes tiragens de livros e da fabricação nas mesmas proporções de suprimentos escolares. As casas editoriais, por exemplo, operavam a política MEC-USAID-SNEL e COLTED na perspectiva de incluir títulos (não raro, agrupados em coleções inteiras) de seus catálogos para serem produzidos, adquiridos e entregues ao Ministério a partir de tiragens contadas em milhares de exemplares para distribuição nacional.

Os representantes de editoras abordavam a COLTED com conhecimento de causa sobre o funcionamento das engrenagens dessa política, como assinala uma correspondência de 1968, do diretor da “Livraria José Olympio Editora S/A” endereçada à Elza Nascimento Alves, diretora da Comissão, que também era licenciada em Pedagogia, técnica de educação do MEC (por concurso), professora

primária e de ensino normal (para a disciplina de Prática de Ensino) na Escola Normal Santos Anjos (em Minas Gerais), “[...] ex-chefe da Seção de Orientação Educacional e Profissional do INEP [...]” (Brasil, 1968b, p. 78), além de “[...] técnica do INEP, que participara, ao longo dos anos 1950, das pesquisas desenvolvidas junto ao CBPE sobre orientação educacional e organização escolar [...]” (Filgueiras, 2015, p. 93).

Na missiva, Geraldo Jordão Pereira, diretor adjunto da editora, descreve com bastante acuidade as condições de produção de livros escolares ao sumariar o modo de relacionamento do mercado editorial com o Ministério e o comportamento das empresas conforme a política educacional do momento. Na carta, o diretor da José Olympio deseja emplacar uma coleção de livros de uma editora estadunidense, elevando as qualidades do produto oferecido e indicando precisamente em qual dos ramos das políticas de produção-distribuição a tal biblioteca se encaixaria:

Rio, 4 de julho de 1968.

Ilma. Sra.
Elza Nascimento Alves
Digníssima membro da Comissão do Livro Técnico
e Didático (COLTED)
NESTA

Prezada senhora,

Vindo ao encontro dos anseios de educadores e cientistas participantes do XIII Congresso Nacional de Educação e às diretrizes governamentais estabelecidas no Plano Trienal de Educação, a Editora José Olympio incluiu em seu programa editorial obras de divulgação científica.

A primeira obra desse gênero é a Biblioteca Científica Life, cujos primeiros quatro títulos foram entregues ao público em dezembro do ano passado e para os quais tivemos a honra e a satisfação de receber um pedido da COLTED, de 2.835 exemplares para cada título.

Das 3.435 bibliotecas de nível médio, criadas na segunda etapa do plano COLTED, 500 secundárias e 100 industriais deixaram de receber esses títulos.

A fim de que essas bibliotecas, bem como as 1.975 de igual nível e as 2.000 do PAMP criadas na primeira etapa do referido plano, tenham em seu acervo os livros da 1ª. série da Biblioteca Científica Life, muito apreciaríamos se, nesse sentido, recebêssemos um pedido dessa Comissão.

Dando prosseguimento editorial à Biblioteca Científica Life, acabamos de publicar a 2ª. série, composta dos seguintes títulos: AS MATEMÁTICAS, O CORPO HUMANO, AS MÁQUINAS, A MENTE. Em setembro próximo, publicaremos a 3ª. série que incluirá os seguintes volumes: LUZ E VISÃO, SOM E AUDIÇÃO, O CIENTISTA e OS PLANETAS.

Estamos certos que essa Comissão desejará possuir em suas 5.410 bibliotecas de nível médio e 2.000 de nível elementar (PAMP) os títulos que compõem a 2ª. e a 3ª. séries da Biblioteca Científica Life.

Devido à importância dessa obra, julgamos conveniente anexar as opiniões de dois brasileiros que se esforçam e se dedicam à nossa cultura – Rachel de Queiroz e Péricles Madureira de Pinho.

Antecipadamente gratos subscrevemo-nos,
Atenciosamente,
[carimbo] Livraria José Olympio Editôra S/A
[carimbo] Diretor Adjunto
[assinatura] Geraldo Jordão Pereira (Publicações [...], 1966, p. 8).

Abordar direta e formalmente diretores e membros da burocracia da educação, especialmente a federal, não era um expediente estranho aos representantes de editoras, afinal, enviar catálogos junto de pareceres de especialistas de notório saber e reconhecimento público configurava parte dos modos de ação das empresas editoriais que, por sua vez, movimentavam um “[...] mercado que fora longamente formado no Brasil no correr do século XX seguindo os ciclos de expansão da escolarização e do aumento do alcance da população pela escola [...]” (Campos, 2023, p. 45). O conjunto de documentos acumulados ao longo dos anos de atividade da COLTED e da FENAME e reunidos no “Arquivo Histórico do INEP” apresenta inúmeras correspondências dessa natureza nas quais representantes de editoras (tais como a Companhia Editora Nacional, a Melhoramentos, a Civilização Brasileira, entre outras) acessavam a diretoria da COLTED a fim de garantir a participação nas compras públicas de itens de seus catálogos, já indicando números de tiragem e em qual cadeia de distribuição e suprimento escolar seria viável incluir seus produtos - a exemplo da “Biblioteca Científica Life”, que era um título da editora oferecido tanto ao público em geral quanto para as compras estatais induzidas pela COLTED.

O citado “PAMP” (acrônimo para “Programa de Ação Para o Material de Ensino Primário”) era um programa que colocava livros diretamente nas bibliotecas escolares e que integrava o conjunto das ações da COLTED para formar e alimentar acervos alocados nas unidades educacionais na escala de milhares de escolas atendidas em todo o país. No contexto em apreciação, o objetivo era divulgar os catálogos de publicações dessas editoras “[...] no biênio 1966-1968 com o propósito de apresentar coleções e títulos que abrangiam desde livros técnicos, obras de pedagogia para cursos de formação de professores, coleções de literatura infantil e manuais didáticos [...]” (Campos, 2023, p. 45).

Tal movimento de aproximação público-privado encontrava respaldo na criação de um ecossistema político-educacional permeável à expansão editorial. A título de exemplo: em novembro de 1967, a COLTED, em relatório interno, reportava

ter organizado a seguinte quantidade de bibliotecas para o nível escolar primário: 16 no Acre, 115 em Alagoas, 53 no Amazonas, 500 na Bahia, 298 no Ceará, 12 no Distrito Federal, 105 no Espírito Santo, 183 em Goiás, 84 na Guanabara, 274 no Maranhão, 647 em Minas Gerais, 96 no Pará, 183 na Paraíba, 317 no Paraná, 295 em Pernambuco, 127 no Piauí, 212 no Rio de Janeiro, 89 no Rio Grande do Norte, 350 no Rio Grande do Sul, 104 em Santa Catarina, 634 em São Paulo e 58 no Sergipe (Brasil, 1968b).

3 O declínio da COLTED e a ascensão da FENAME (1971-1976)

Apesar dos números alcançados e do seu papel como executora de uma política pública de grande alcance estabelecida em poucos anos, o ocaso da COLTED começou à medida que o regime ditatorial entrava em uma fase de fechamento e de repressão política ainda mais violenta. Como reflexo da conjuntura política dos idos de 1968, com o Ato Institucional n.5, coincidentemente, as pressões vindas da ala militar da composição do regime impactaram a COLTED já no início de 1969. Filgueiras (2011) assinala que o fato de o novo Diretor Executivo da Comissão deixar de ser um técnico civil para ser um militar (no caso, a transmissão do cargo de Ruy Baldaque para o Coronel Ary Leonardo Pereira), evidenciava a hipertrofia ditatorial, por sua vez, indicando que nesse período o recrudescimento do regime refluía com esforços redobrados para dentro da máquina estatal sob a forma de pequenos e grandes expurgos realizados em nome da purificação contra-subversiva da burocracia, para, assim, angariar espaços para a ocupação militar por dentro do Estado, acrescentamos. Ademais, tratava-se, também, de um momento de transição, com a ascensão do modelo híbrido (fundação pública com características de empresa) representado pela FENAME sobre a burocracia da COLTED.

Embora os trabalhos da COLTED tenham continuado a ser desenvolvidos no ano de 1970 — com o encaminhamento de listas de livros à Companhia Editora Nacional para a aquisição de títulos para os Programas do Livro para o Aluno, de Expansão de Bibliotecas COLTED e de Complementação de Bibliotecas COLTED (Filgueiras, 2011) —, a Comissão foi arrastada para uma nova crise provocada por denúncias de escândalos em 1971, relacionados a supostas irregularidades junto a transportadoras, editoras e fabricantes de caixas para montagem das bibliotecas. O

foco das denúncias abrangia determinadas operações ilícitas, “[...] como o caso de caixas de livros didáticos que continham catálogos de telefone para justificar o peso e o número de material que seria distribuído, beneficiando as transportadoras [...]” (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984, p. 56). Para corroborar a gravidade do estado de suspeição da eficiência da COLTED como executora da política e aplicadora dos recursos públicos, a então diretora do INL de 1970 a 1974, Maria Alice Barroso, chegou a declarar que “[...] no início de sua atividade verificou o caso de uma distribuidora cuja existência coincidiu exatamente com a existência da COLTED [...]” e que, com o encerramento do “[...] programa do MEC, desapareceu a empresa [...]” (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984, p. 56).

Como ápice da crise agravada pelas denúncias de corrupção, em 5 de março de 1971, Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, constituiu uma Comissão de Inquérito (Portaria nº 6) para apurar as denúncias de irregularidades ocorridas na COLTED⁷. Pouco tempo depois, em 5 de abril, o ministro deu ordem para criar um grupo-tarefa (Portaria nº 178)⁸ encarregado de elaborar um projeto para a reestruturação dos órgãos responsáveis pelas políticas do livro didático, desde sua confecção até a distribuição às bibliotecas. O grupo-tarefa deveria, em suma, indicar se haveria a continuidade de órgãos como INL, COLTED e FENAME, ou propor a absorção (parcial ou integral) de atribuições de um aparelho por outro, visando otimizar os gastos públicos e a produtividade, bem como aumentar o controle governamental sobre a área. Mais do procurar eficiência num sentido pouco definido, no entanto, como explica Filgueiras, “[...] a portaria nº 178 do Ministro da Educação indicava a preocupação do governo em reduzir e controlar os órgãos responsáveis pela política do livro [...]” (Filgueiras, 2011, p. 198).

Como decorrência, a COLTED foi extinta em 9 de junho de 1971, por meio do Decreto nº 68.728 (Filgueiras, 2011; Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984). A partir dessas providências, mandadas cumprir pelo titular do Ministério, e levando em consideração que Jarbas Passarinho foi um artífice preponderante das principais intervenções e políticas educacionais da ditadura entre o final dos anos 1960 e o início

⁷ Walter de Toledo Piza, Hugo Quintão Duarte e Paulo Condorcet Barbosa Ferreira integraram a referida Comissão de Inquérito, cujo resultado não foi tornado público (Oliveira, 1984).

⁸ O grupo-tarefa era composto por: “Ivan Pontes, secretário da Campanha Nacional do Livro; Maria Arruda Baccarat, assessora técnica da Fename; Benedito Carlos Gouvêa de Medeiros, representante da Colted e Maria Helena Rangel Geordane, assessora do INL” (Filgueiras, 2011, p. 198).

da década de 1970, a política para o livro didático entrava numa fase de rearranjo em razão da atribuição da capacidade de execução a outros operadores institucionais correlatos à COLTED, como a FENAME e o INL.

Entre os anos de 1966 e 1967, além da COLTED, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou uma segunda estrutura para atuar adicionalmente na operação da política nacional para o livro e o material didático: a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Organizada pela Lei nº 5.327/1967, a FENAME foi concebida como uma entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo precípuo era substituir a antiga Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME), instituída em 1956 durante o governo de Juscelino Kubitschek. À FENAME coube a responsabilidade de produzir e distribuir materiais didáticos para as unidades escolares, além de injetar no mercado suplementos escolares para venda ao público a preço de custo (Filgueiras, 2015). No que tange à estrutura, o ato legal de criação autorizou o Poder Executivo a instituir uma fundação vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, sem fins lucrativos e administrada por uma Diretoria amparada por Conselhos Fiscal (responsável por “emitir parecer sobre as contas apresentadas anualmente pela Diretoria”) e Técnico Consultivo (responsável por “conceituar a política nacional de produção e distribuição de obras didáticas e material escolar”); com isso, a Fundação tinha atribuída, entre outras finalidades, “[...] a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização[...]” (Brasil, 1967c, p. 1). Além da estrutura enxuta (se comparada à COLTED, por exemplo), a FENAME herdou o patrimônio constituído pelo acervo da então CNME, completado também por dotações orçamentárias e subvenções da União, doações e/ou contribuições oriundas de entidades privadas, receitas provenientes das vendas de materiais de ensino e possíveis rendas eventuais (Brasil, 1967c).

Funcionando, inicialmente, como instância mais executiva do que planejadora da política de livros e materiais escolares, a FENAME, nos seus primeiros anos de atividade, foi dirigida por Heloísa Araújo (a qual solicitou demissão do cargo de Diretora Executiva da Fundação ainda em 1967, por conta de denúncias de subversão encaminhadas pelo Serviço Nacional de Informações, o SNI, originadas pela publicação da obra “Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo”) e, depois, pelo

professor Humberto Grande⁹, que nutria boas relações com os militares desde o Estado Novo varguista, e que viria a se tornar integrante da Comissão Nacional de Moral e Civismo ainda nos anos 1970 (Filgueiras, 2015). A Fundação operava uma parte da política pública do material escolar, sendo responsável por tarefas operacionais específicas, sobretudo no que dizia respeito à distribuição e ao fornecimento de suprimentos às escolas em todo o território nacional. Filgueiras (2015) acrescenta, a esse respeito, que as principais diferenças entre a FENAME e a COLTED envolviam atribuições distintas, uma vez que “[...] enquanto a COLTED tinha o objetivo de estimular a expansão da indústria do livro, a FENAME deveria produzir materiais didáticos para distribuição ou venda a preço de custo [...]” (Filgueiras, 2015, p. 85).

O problema dos preços dos livros didáticos, já debatido nos tempos da COLTED, também foi retomado pela FENAME, a qual adotaria como um de seus principais objetivos o atendimento aos alunos carentes em todo o país (Filgueiras, 2011, 2013). Para tanto, a Fundação foi incumbida de não apenas produzir e vender a preços de custo os materiais educacionais estatais, mas também de regular os preços nos mercados livres existentes nos grandes centros nacionais - diferenciando-se da COLTED, “[...] que aplicava recursos financeiros na indústria privada, com o intuito de diminuir o preço dos manuais [...]” (Filgueiras, 2015, p. 97).

Desde a sua criação, a FENAME procurou manter a produção de livros e materiais didáticos herdada da extinta CNME, ainda que introduzindo alguns títulos novos e ampliando as movimentações financeiras injetadas no mercado editorial e gráfico. Com a extinção da COLTED, o Programa do Livro Didático, delegado ao INL, foi ramificado em diversas frentes dirigidas aos segmentos da educação escolar brasileira já sob a configuração das reformas do ensino superior, de 1968, e do Primeiro e Segundo Graus, de 1971, como o PLIDEM (Programa do Livro Didático - Ensino Médio), PLIDES (Programa do Livro Didático - Ensino Superior), PLIDESU (Programa do Livro Didático - Ensino Supletivo), PLIDECOM (Programa do Livro

⁹ Humberto Grande, considerado um “jurista e político convertido em pedagogo, à semelhança do que significaram o militar Olympio Mourão Filho e o jurista Francisco Campos – isto é, configurações dos elos militar e jurídico entre a ditadura estadonovista de 1937 e a militar de 1964 – expressou a continuidade dos projetos político-pedagógicos autocráticos do Estado Novo à ditadura militar de 1964” (Machado, 2005, p. 62).

Didático - Ensino de Computação) e PLIDEF (Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental) (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984).

Entre todos os programas, de acordo com Oliveira, Guimarães e Bomény (1984), o PLIDEF teve seus objetivos fixados de forma bastante detalhada, com ações que pretendiam: a) fazer a FENAME participante de coedições e distribuir livros didáticos para matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau, os quais seriam alocados para escolas públicas conveniadas com as secretarias de educação das unidades federadas; b) estimular o barateamento, aprimoramento e o rigor nos processos de seleção e avaliação dos livros didáticos; c) colaborar no aperfeiçoamento dos padrões técnico-pedagógicos do professorado brasileiro, com a distribuição de manuais docentes; d) implementar o “Banco do Livro” nos estabelecimentos de ensino contemplados pelo Programa; e) captar recursos financeiros tanto das unidades federadas quanto do Fundo Nacional do Livro Didático.

4 As políticas do livro didático sob a FENAME (1976-1983)

Em 1976, a organização institucional estabelecida para a execução da política do livro didático após a extinção da COLTED foi novamente reformulada de modo que as funções antes desempenhadas pelo INL foram atribuídas à FENAME. A partir de então, a FENAME passou a ser a principal responsável pelo programa do livro didático (antes, atribuído centralmente ao INL), especialmente, devido a pressões políticas exercidas pelo então diretor do Instituto, Herberto Sales, e pelo Ministro da Educação, Ney Braga. Como questão de fundo de tais ingerências, conforme explica Cosette Ramos (que foi coordenadora do programa pelo INL nesse período de mudanças de atribuições do instituto para a FENAME), a questão do “livro integrado” pode ter sido o ponto de discórdia que motivou tal mudança. A esse respeito, Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 63-64) afirmam que o INL sustentava uma proposta que concebia o livro integrado como um produto que “[...] poderia ser feito ou de forma vertical por disciplina para as quatro séries ou horizontal para as quatro disciplinas de uma série[...]”; de outra parte, as editoras — devido à posição contrária — “[...] pressionaram violentamente contra essa medida” de forma “direta sobre o Ministro da Educação [...]”, conseguindo, em retorno, que em 1976 o diretor do INL assinasse um parecer segundo o qual o Instituto deixaria de assumir o Programa por “não contar

com as necessárias condições infra-estruturais para tanto” (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984, p. 63-64).

Com a assinatura do Decreto-lei nº 77.107, de 4 de fevereiro de 1976, houve a transferência/ampliação de competências à FENAME para a realização do Programa do Livro Didático, através da sistemática de coedição e distribuição de livros-texto para escolas de 1º e 2º graus, financiando, assim, o mercado editorial - processo que era realizado pelo INL desde 1971 junto às editoras comerciais e, antes, estruturado pela COLTED. Até essa quadra, portanto, as bases gerais da política para o livro didático estavam razoavelmente fixadas e operantes, com destaque para algumas características, como: a) a política era gerida por um ente mediador entre estado (representado pelo Ministério da Educação e Cultura) e o mercado, tendo sido iniciado com a COLTED (fruto direto da triangulação USAID-MEC-SNEL), seguido com o INL e, de meados dos anos 1970 até a transição para o Programa Nacional para o Livro Didático, na década 1980, restando a cargo da FENAME; b) o ente estatal (COLTED, INL ou FENAME) lançava diretrizes para a preparação do conteúdo dos livros, organizava aquisições, injetava recursos do orçamento no mercado, fazia compras em grande escala (tendo antes definido a escala da produção e, por extensão, do volume de compras) e distribuía nacionalmente para as redes escolares públicas, sempre permeável em todo o processo às investidas das editoras para incluir seus produtos nos pregões destinados a suprir os variados subprogramas de formação de acervos escolares e de cessão de livros diretamente aos estudantes; c) a COLTED e a FENAME, em particular, tanto induziam a comercialização de livros e suprimentos escolares a baixo custo em razão da produção subsidiada quanto movimentavam amplas redes de distribuição de livros para as escolas pertencentes às redes públicas em várias regiões do país.

Após mais de uma década (de 1966 a 1976, pelo menos) de operação da política conforme essas bases, por meio de convênios firmados entre a Fundação, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) e as secretarias estaduais de educação, o governo federal assumia a incumbência de distribuir livros gratuitamente aos estudantes considerados carentes da rede oficial de 1º grau, cabendo aos estados a participação nos convênios com o oferecimento de contrapartidas materiais e financeiras — tais contrapartidas totalizavam “[...] cerca de 12% dos recursos aplicados e, destes 12%, 10%” eram “retidos no estado para o

desenvolvimento de atividades acessórias ao PLIDEF, tais como: treinamento de professores, bancos de livros, palestras, etc.” (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984, p. 64). As articulações entre a sociedade política (materializada na FENAME) e a sociedade civil (aglutinada nas editoras privadas), como explicam Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 93-94), aconteciam num fluxo mercado-estado primeiramente induzido pelas encomendas estatais, seguidas pela “[...] seleção de títulos a serem co-editados, que se desenvolve em nível federal e estadual [...]”, sucedidas, então, pela “[...] análise do orçamento para a edição dos títulos escolhidos, a definição do volume de investimento de responsabilidade da FENAME e a fixação, juntamente com a editora, do preço de cada livro [...]”. A FENAME, nesse arranjo, exercia funções de indutora de produção, de supervisora da seleção de títulos e co-produtora dos livros (estampando sua sigla nas capas, folhas de rosto e contracapas dos livros editados junto às editoras responsáveis pelas obras), adquiridos pelo Estado e distribuídos para escolas em todo o país.

Como expoentes do mercado editorial, um número seletivo de editoras, de acordo com os dados apurados por Oliveira, Guimarães e Bomény (1984, p. 93-94), atuava como “parceiras regulares” em razão do “maior número de títulos co-editados”, com destaque para a “Editora do Brasil, com 14% dos títulos co-editados”, a “FTD, com 10%”, “Abril, 8%”, “IBEP, 7%”, “Ao Livro Técnico, 6%” e “Tabajara, com 5%”, formando um grupo seletivo de seis editoras que em dez anos, de 1971 a 1981, “co-editaram sozinhas 50% dos títulos do PLIDEF”. Em outra frente, além do controle sobre o mercado produtor e da influência acumulada sobre os órgãos nacionais executores da política para o livro didático, as editoras comerciais passaram a exercer sensíveis influências junto às secretarias de educação nos estados para que seus títulos fossem selecionados e incorporados aos programas de co-edição organizados pela FENAME. Quanto aos destinatários finais dos livros didáticos, os estudantes e as suas famílias como potenciais compradores ou recebedores das tiragens adquiridas para distribuição gratuita nas escolas, as produções editoriais também procuraram incrementar e requintar as obras, mobilizando formatos e disposições gráficas mais sedutores para os consumidores (Oliveira; Guimarães; Bomény, 1984).

No ano de 1978, a FENAME passou a integrar o PREMEN (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino), por meio do qual haveria novo incremento no apoio financeiro para a publicação de materiais escolares. No mesmo ano, uma reportagem

publicada pela revista “Educação” (Filgueiras, 2015) informava que a Fundação havia distribuído, naquele ano, cerca de 20 milhões de livros didáticos para alunos carentes do Ensino Fundamental em todo o Brasil; entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, a FENAME também foi responsável por organizar diversos projetos vultosos, tais como a gestão de cinco “Programas do Livro Didático”, para os quais foram destinados recursos de aproximadamente Cr\$ 700.000.000,00.

A FENAME distribuía, por meio do PLIDEF, uma média anual de vinte milhões de livros para todas as unidades da Federação. Para alcançar tal objetivo, essa fundação promovia concorrências anuais para empresas privadas, interessadas na distribuição dos livros (Brasil, 1980). Entre os anos de 1977-1978 foram distribuídos 19 milhões de livros ao custo de Cr\$ 50.000.000,00; entre os anos de 1978-1979 foram distribuídos 20 milhões de livros ao custo de Cr\$ 79.000.000,00; entre 1979-1980, foram distribuídos 19 milhões de livros, com o então custo majorado de Cr\$ 61.000.000,00 (Brasil, 1980).

O fato de operar a distribuição de livros na escala de milhões de exemplares e de ser a principal executora da política nacional do livro didático após o encerramento da COLTED e a retirada do INL dessa função, porém, não foi suficiente para evitar o desmonte da FENAME; nos idos de 1980, após denúncias de irregularidades, houve mudanças na gestão da Fundação. Milton Durço Pereira assumiu a Direção Executiva e, por ordem do Ministro da Educação e Cultura, criou uma Assessoria de Controle gerida por Raul Fontes Cotia, para apurar as irregularidades da administração anterior (em abril de 1980, por discordar de “desmandos administrativos” promovidos por Milton Durço Pereira, Raul Fontes Cotia demitiu-se do cargo, tendo sido desativada a Assessoria de Controle). Conforme apurações do Ministério do Exército, tais mudanças não surtiram efeito, pois a nova administração vinha “[...] favorecendo ilicitamente os integrantes e amigos das famílias Portella, Sabato e Durço, transformando-se num verdadeiro ‘feudo’ da família do sr. Francisco Portella [...]” (Brasil, 1980, p. 9).

Conforme documentação confidencial (à época) do Ministério do Exército, Milton Durço Pereira era ex-jornalista e funcionário do INCRA, tio de Vera Sabato (esposa de Francolino Portella) e assumiu, em março de 1979, o cargo de Diretor Executivo da FENAME, por indicação de Francolino, recebendo mensalmente, entre

vencimentos fixos e diárias, a importância aproximada de Cr\$ 249.500,00 (Brasil, 1980). Entre as irregularidades atribuídas à sua Direção, destacavam-se:

- a) Principal responsável pela transformação do órgão em um 'cabide de empregos' e pela existência de funcionários com altos salários sem trabalhar;
- b) Para facilitar a admissão de novos funcionários, criou diversos órgãos, com titulares altamente remunerados. Como exemplo, podemos destacar o desmembramento do Departamento de Administração em 3 outros: Departamento de Administração, Departamento de Finanças e Departamento de Recursos Humanos, cujos diretores são, respectivamente: Pedro Paulo de Albuquerque, cunhado de Eduardo Portella; Ary Cereto, amigo pessoal de Milton Durço Pereira, aposentado pelo INCRA, e Élcio de Abreu e Silva, noivo de Tânia Maria Sabato, que é cunhada de Eduardo Portella e sobrinha de Milton Durço Pereira (Brasil, 1980, p. 10-11).

A nova Diretoria, à frente da FENAME entre 1979 e 1980, aumentou de 500 para aproximadamente 750 o número de funcionários efetivos, “[...] tendo sido arranjado ‘emprego’ para parentes e amigos, tudo sob orientação de Francisco Portella, irmão do ex-Ministro Eduardo Portella [...]” (Brasil, 1980, p. 10). Extrapolando os arranjos empregatícios entabulados entre as famílias Sabato, Portella e Durço, a FENAME também foi investigada pela assinatura de convênios questionáveis. O principal deles, firmado entre a Fundação e o Departamento de Documentação e Divulgação (DDD) teria, “[...] por real finalidade, complementar vencimentos de funcionários ‘apadrinhados’, parentes ou amigos das famílias Sabato e Portella [...]” (Brasil, 1980, p. 9). Conforme as denúncias, também teriam sido criadas representações regionais desnecessárias (em Salvador/BA, Recife/PE, São Paulo/SP, Brasília, Belo Horizonte/MG e Manaus/AM), com a finalidade única de empregar amigos e parentes de Francolino Portella, sendo consumidos mensalmente Cr\$ 998.783,00, somente a título de salários (Brasil, 1980).

Essas informações acerca do loteamento da FENAME entre clãs políticos foram depois reforçadas pelo Informe nº 0128/0944/81/30/DSI/MEC, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, e aludem às variadas e obscuras práticas ilícitas existentes em aparelhos estatais durante o período ditatorial e que, segundo Heloísa Starling (2012), eram parte das correntes e numerosas práticas de corrupção durante a ditadura. Em termos mais profundos, como explica Starling (2012, p. 218), “[...] fez parte da estratégia de sobrevivência política do regime militar a montagem de um Estado, na aparência, muito forte, principalmente em razão de sua capacidade de proceder continuamente ao alargamento dos

instrumentos de arbítrio e violência [...]”, mas que, de outra parte, acomodava desigualdades, privilégios, intensa apropriação dos bens públicos e impunidade.

Ainda nesse contexto de distensão (lenta, gradual e segura - ou, controlada) da ditadura civil-militar, a FENAME foi transformada em FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), que incorporou o PLD (Programa do Livro Didático), conforme a Lei nº 7.091 de 18 de abril de 1983, segundo a qual a nova Fundação teria a “[...] finalidade de apoiar a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus - SEPS/MEC-, desenvolvendo os programas de assistência ao estudante nos níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus para facilitar o processo didático-pedagógico [...]” (Freitag; Costa; Motta, 1993, p. 16). Com essas providências, foram reunidos em uma única fundação vários programas assistenciais do governo, “[...] como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), PLIDEF (Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental), programas editoriais, de material escolar, bolsas de estudos e outros [...]” (Freitag; Costa; Motta, 1993, p. 16).

5 Considerações finais

Embora tenham sido criadas alguns anos antes das reformas educacionais de Primeiro e Segundo Graus, implementadas em 1971, a COLTED e a FENAME foram incorporadas ao projeto político do regime ditatorial voltado à ampliação da escolarização no país. A fixação da obrigatoriedade escolar entre 7 e 14 anos, por exemplo, estabilizou uma larga faixa etária que abrangia crianças e adolescentes como destinatária da escolarização formal e que, além disso, formou ao longo dos anos a população escolar numericamente expressiva para a qual as políticas de produção de livros e materiais escolares destinaram expressivas quantidades de títulos, objetos didáticos e suprimentos, na escala dos milhões de exemplares e produtos.

As reformas de 1971 forneceram os fundamentos jurídicos e institucionais que permitiram ao governo expandir o número de vagas, associadas ao aumento da obrigatoriedade escolar para crianças e adolescentes, uma vez que, entre as muitas pretensões visadas por essa reforma, pode-se destacar pelo menos três: 1) expansão das vagas escolares e aumento da população escolarizada; 2) formação de mão-obra qualificada de acordo com a opção nacional-desenvolvimentista na versão formulada

e assumida por setores do governo ditatorial; 3) formação de professores para atender às necessidades de expansão em massa das vagas escolares (Cunha; Góis, 2002; Nosella, 2000). Em vista do aumento de anos escolares médios, do ciclo de criação e construção de escolas pelos estados para atender às demandas de uma população predominantemente urbana e em crescimento, a produção de materiais didáticos era um imperativo dessa política educacional estabelecida durante os anos 1970, mas preparada desde a primeira hora do regime ditatorial instaurado em 1964.

Em meio ao processo de reforma curricular associado à ampla reestruturação da educação escolar no início dos anos 1970, a COLTED já vinha, desde meados da década anterior, administrando mecanismos que conectavam as diretrizes estatais para a produção de livros escolares às editoras comerciais. Com a extinção da Comissão em 1971, essas atribuições foram redistribuídas entre a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e o Instituto Nacional do Livro (INL), que passaram a assumir a condução das políticas voltadas aos materiais didáticos. No entanto, mesmo com essa transição institucional e com o impulso dado pela Reforma de Ensino de 1971, persistia um desafio central: a necessidade de produzir livros e recursos pedagógicos em escala significativamente ampliada em resposta à crescente expansão da escolarização junto às camadas populares (Filgueiras, 2015; Moreno, 2013; Nosella, 2000).

A COLTED e a FENAME, portanto, atravessam pelo menos dois momentos dentro da política educacional da ditadura civil-militar, sendo o primeiro deles o tempo de suas criações e os seus primeiros anos de atividade, os quais, embora aconteçam anteriormente a 1971, ainda assim demonstram que essas duas estruturas já apresentavam precocemente nítida capacidade de aderência ao objetivo de sustentar materialmente - por meio da produção em grande escala de objetos didáticos escolares, articulada ao fomento público ao mercado editorial e gráfico - um movimento de expansão escolar em preparação.

Em um segundo momento, após 1971 e em simultâneo aos efeitos da reestruturação da educação escolar básica e do ensino profissionalizante, em que pese a extinção da COLTED, esse setor da burocracia educacional estatal estava de algum modo estabelecido, a ponto de manter a capacidade de seguir induzindo em grandes proporções (e seria muito surpreendente se ocorresse o contrário) a produção de livros escolares (como manuais alinhados às novas orientações

curriculares emanadas da Lei 5.692, de 1971, incluindo o equipamento de bibliotecas escolares e a produção/distribuição de livros técnicos profissionalizantes e sua distribuição, dessa feita operando num contexto de concretização dos objetivos de ampliação numérica em termos de vagas, de contingente discente dentro das escolas e, com isso, de crescimento da população brasileira a ser escolarizada ano após ano.

Nesse compasso, a FENAME continuou operando em grande escala a política de produção e distribuição de livros e material escolar, ao passo que a COLTED foi extinta em 1971. Embora a COLTED não tenha ultrapassado o primeiro ano da década de 1970, o ponto central é que os fundamentos do planejamento e da execução da política para o livro didático, forjados no início do período ditatorial, estavam suficientemente assentados em razão da execução do acordo MEC-USAID-SNEL, que direcionou o trabalho dessa comissão, e seguiram em uso até a implantação do hoje denominado Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, em vigor desde 1985.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Márcio Moreira. **Beabá dos MEC-USAID**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1968.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 4 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.
- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru/SP: Edusc, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Convênio MEC/SNEL/USAID, de 1966**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1966a. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m020p02-diversos-documentos-atividades-desempenhadas-pela-colted>. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa Nacional de Livros de Texto, de 1966**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1966b. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m020p02-diversos-documentos-atividades-desempenhadas-pela-colted>. Acesso em: 22 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Relatório anual de 1967**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1967a. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m002p01-documentos-diversos-sobre-oragnizacao-e-programas-da-colted-1967-1>. Acesso em: 19 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Programa de Cursos e Seminários da COLTED de 1967**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1967b. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m020p01-decreto-de-criacao-da-colted-e-informacoes-sobre-a-semana-de-estudos-colted>. Acesso em: 20 maio 2025.
- BRASIL. **Lei nº 5.327, de 2 de Outubro de 1967**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. Brasília, DF: Presidência da República, 1967c. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro-1967-359134-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Ofício Circular nº 23/67/SG/GD**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1967d. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m009p01-correspondencia-sobre-aquisicao-e-distribuicao-de-livros-1967-1>. Acesso em: 01 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **II Semana de Estudos COLTED de 1968**. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1968a. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m015p01-ii-semana-de-estudos-colted-1968-1>. Acesso em: 20 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático**: Relatório de 1968. Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1968b. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m014p01-relatorio-das-atividades-para-o-ano-de-1968-1>. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRASIL. Ministério do Exército. **I Exército - Confidencial**. Brasília, DF: Ministério do Exército, 23 dez. 1980. Disponível em: https://pesquisa.memoriasreveladas.gov.br/mrex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado_SIAN.asp?v_CodReferencia_id=1843017&v_aba=1. Acesso em: 16 maio 2025.

CAMPOS, Miria Aparecida da Silva. **Livro didático para todos**: as políticas da COLTED e da FENAME e sua participação na criação e distribuição dos manuais escolares de Educação Moral e Cívica. 2023. 88f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP, 2023.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A educação moral e cívica e sua produção didática (1969-1993)**. 2006. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. 2011. 263f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A produção de materiais didáticos pelo MEC: da Campanha Nacional de Material de Ensino à Fundação Nacional de Material Escolar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 313-335, 2013. DOI: 10.1590/S0102-01882013000100013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NKst9MKrWyTfnPQdyMMVPrJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2025.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a COLTED e a FENAME. **Hist. Educ. (Online)**, Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 85-102, 2015. DOI: 10.1590/2236-3459/44800. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/ZDpXTVC9hJ75rydNNfW6vkq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 ago. 2025.

FREITAG, Bárbara; COSTA, Wanderly Ferreira da; MOTTA, Valéria Rodrigues. **O livro didático em questão**. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/ USAID – A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED (1966/1971)**. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Rodolfo Costa. Um *continuum* no projeto político-pedagógico do autocratismo brasileiro, do estado novo à ditadura de 1964: o juspedagogo Humberto Grande e a (des)educação do trabalho via nacionalismo e (i)moralismo cívico-militar. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 25, n. 3, p. 60-89, set./dez. 2025.

MORENO, Jean Carlos. **Quem somos nós?** Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de História (1971-2011). 2013. 380f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis/SP, 2013.

NOSELLA, Paollo. A educação brasileira no final do século: um balanço. *In*: NOSELLA, Paollo (org.). **Qual compromisso político?** Ensaios sobre a educação brasileira pós-ditadura. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2000. p. 43-68.

OLIVEIRA, João Batista Araújo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMÉNY, Helena. **A política do livro didático**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Summus Editorial, 1984.

PUBLICAÇÕES Enviadas à COLTED e Catálogos de Editoras, 1966–1968. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais “Anísio Teixeira”, 1966. Disponível em: <http://arquivohistorico.inep.gov.br/index.php/colted-m021p06>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ROSSI, Pamela de Mattos. **Os acordos MEC-USAID no jornal O Estado de S. Paulo (1963-1973)**. 2018. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação: Política, Educação e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Ditadura militar. *In*: AVRITZER, Leonardo *et al.* (org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 213-222.

MINI BIOGRAFIA

Yuri Araújo Carvalho

Graduado em Comunicação Social (UNAERP) e História (Centro Universitário Barão de Mauá), Mestre em História pela UNIOESTE e Doutorando em Educação (USP). Professor universitário no Centro Universitário Barão de Mauá (Ribeirão Preto).

E-mail: yuri.araujo@baraodemaua.br

Miria Aparecida da Silva Campos

Mestre em Educação (USP), Licenciada em Pedagogia (UNIFRAN) e em História (Centro Universitário Barão de Mauá). Atua como Professora de Ensino Fundamental e Médio na rede estadual de ensino do Estado de São Paulo.

E-mail: miria_dri@hotmail.com

Sérgio César da Fonseca

Licenciado em História (UNESP), Mestre em Educação (UNESP), Doutor em Educação Escolar (UNESP) e Livre Docente (USP). Atua como professor na FFCLRP-USP.

E-mail: sergiofonseca@usp.br